



## “Sou mulher, sou menininha, só não tenho piriquitinha” – Narrativas sobre a transexualidade no *Fantástico*<sup>1 2</sup>

Tiago SANT’ANA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, Bahia

### RESUMO

Este projeto propõe uma análise das reportagens publicadas pelo telejornal *Fantástico* acerca da transexualidade. O objetivo principal da pesquisa é compreender de que maneira o programa abordou a questão da transexualidade, bem como o modo pelo qual discursos médicos e psicológicos foram utilizados na matéria para tornar abjeto os corpos das personagens citadas. Para cumprir esse objetivo, serão analisadas as reportagens publicadas no mês de janeiro de 2011 no telejornal. A análise será realizada a partir de reflexões fundamentadas na Teoria Queer, em alguns aspectos das teorias do jornalismo e nos Estudos Culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** transexualidade, jornalismo, abjeção, *Fantástico*

### PARA INTRODUIZIR

Esse trabalho é uma síntese do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo que está sendo desenvolvido neste ano. Não daremos conta aqui de uma análise profunda do objeto de análise, diante do espaço que temos e também por não termos um resultado conclusivo sobre a observação. No entanto, pretendemos dá um panorama dos problemas de pesquisa que serão traçados na monografia.

A sexualidade se tornou um assunto constantemente pautado na imprensa brasileira. Aquelas pessoas que transgridem a norma heterossexual costumam ser pontos de pauta de reportagens e entrevistas em programas de televisão. Entre as possíveis sexualidades conhecidas, a transexualidade teve um destaque especial no início de 2011 em decorrência da participação de uma cabeleireira transexual em um reality-show.

Ainda que percebamos uma tentativa dos programas telejornalísticos em evidenciar a experiência de sexualidades não-heterossexuais, percebe-se no discurso noticioso uma tendência de normatizar as sexualidades e de utilizar de discursos médicos e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação no Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

<sup>2</sup> O título do trabalho é um trecho da música “Macho transtornado” do grupo queer Solange, tô aberta! Com batida funk, letras irreverentes e performances transgressoras, a banda leva para suas letras as questões das sexualidades, a partir de uma ótima não-normativa, que se rebela e rejeita à heterossexualidade compulsória.

<sup>3</sup> Graduando de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Integrante do Grupo de Pesquisa CuS (Cultura e Sexualidade). Bolsista PIBIC/FAPESB com um projeto no Grupo de Pesquisa e Extensão em Arte, Audiovisual e Patrimônio.



psicológicos para explicar essas vivências. Os critérios de noticiabilidade de curiosidade e vida privada são utilizados pelos jornais para publicar essas reportagens.

A reprodução e construção de discursos sobre a transexualidade no telejornalismo nos remetem a uma exotização das personagens envolvidas, além da reiteração de enunciados que tornam os corpos das transexuais abjetos – na medida em que dão vazão a falas que as identificam como *distúrbio, anomalia, erro*.

No *Fantástico*, notou-se no mês de janeiro de 2011, a publicação de reportagens que tratavam da transexualidade. Por perceber que essa discussão estava sendo intensamente executada nesse programa, utilizaremos o *Fantástico* como objeto útil de análise. Esse estudo pode trazer contribuições interessantes para as discussões acerca das narrativas sobre a transexualidade no telejornalismo brasileiro – já que esse campo de pesquisa se configura como um local ainda pouco explorado pela academia.

A proposta aqui apresentada tem importância social por discutir a visibilidade de outras experiências sexuais na mídia, e no fato de tentar empoderar pessoas não-heterossexuais, respeitando a maneira como suas subjetividades são construídas. Consideramos que estudar representações e falar sobre não-heterossexuais, utilizando como base a Teoria Queer, é também uma maneira de fazer política - diferente daquelas dos movimentos LGBTs tradicionais no Brasil.

A escolha do *Fantástico* se deu devido ao espaço ocupado por esse programa na televisão brasileira. Além de ser exibida num horário nobre (20h30min às 23h00min), a revista eletrônica é transmitida pela Rede Globo, a maior rede de televisão brasileira. Portanto, atinge milhares milhões de espectadores em diferentes geografias do país. Dessa maneira, se é exibida uma reportagem que trata a sexualidade de maneira inadequada ou que reitera preconceitos e incitam discursos que tornam não-humanos determinados seres, a população pode ser levada a falar sobre o assunto ou a pensar de maneira imprópria.

### **CORPOS DISCURSIVOS, SEXUALIDADES CONSTRUÍDAS**

Nesta parcela do trabalho serão desenvolvidas teorizações que são algumas das bases da Teoria Queer. Essa teoria começa a ser desenvolvida no final dos anos 80 principalmente nos Estados Unidos. Hoje ela tem seu conhecido difundido mundialmente e tem recebido contribuições de diversas áreas do conhecimento.

“Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (LOURO, 2004, p. 38). Esse termo também é utilizado nos Estados Unidos como uma



forma de insulto a homossexuais (viado, bicha, marica). Como uma reação a isso, uma série de grupos se reapropriam da injúria e a transformar no nome da teoria – como uma forma de positivar o termo e de adotar uma política relacionada à posição de se colocar contra as normas sociais. Ou seja, queer “significa colocar-se contra a normalização – venha de onde vier” (ibidem, p. 38). É importante enfatizar que o *queer* luta contra a norma, seja ela heterossexual ou homossexual. Mas, antes de tratarmos dessas questões, é necessário que se faça um apanhado do local ocupado pelas identidades culturais e sexuais.

A pós-modernidade é marcada pela celebração móvel das identidades culturais. No momento que nos contém, a concepção de indivíduo supera o modelo de identidade estável pensado anteriormente no Iluminismo<sup>4</sup>. As identidades têm se fragmentado, as pessoas não tem mais uma só identidade, mas sim, várias. De tal modo, o sujeito pós-moderno é configurado por não ter uma essência nem fixidez. Essas questões são alçadas a partir dos estudos de Stuart Hall (2006). O autor coloca a identidade como uma “celebração móvel”, já que é engendrada e modificada continuamente conforme interagimos nos sistemas culturais que estamos inseridos.

A partir disso, pode-se ponderar que a identidade é construída culturalmente e não biologicamente. O sujeito não é mais um *eu coerente*: contradições identitárias são tecidas dentro de nós, possibilitando que nossas *identificações* estejam sempre cambiando. (HALL, 2006)

Mas, onde estão inscritas essas identidades? Onde elas se manifestam concretamente? Acreditamos que no corpo. E não somente enquanto instância *física/biológica*, mas também (ou concomitantemente) no âmbito da *performance/discursivo/cultural*. A filósofa queer Judith Butler, em entrevista, expôs que os “discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue.” (Prins e Meijer, 2002, p. 163) Através dessa afirmação, uma série de visões e valores são postos em dúvida: A visão de corpo e indivíduo como unidade estritamente biológica dão espaço para o campo do discursivo e da cultura inseridas/interagidas nele.

---

<sup>4</sup> No livro *Identidade cultural na pós-modernidade* (2006), Hall vai discutir as noções de identidade construídas por diversas filiações teóricas, apontando o marco histórico de cada pensamento na contribuição para o conceito de identidade. O autor apresenta para cinco aspectos que contribuíram para a descentralização do sujeito que resultou na fragmentação das identidades. 1) os pensamentos de Althusser embasado em idéias marxistas; 2) A descoberta do inconsciente por Freud; 3) o trabalho de lingüística de Ferdinand Saussure; 4) A noção de poder disciplinar de Foucault; e 5) a emergência e o impacto do feminismo.



Jhon Austin (apud SILVA, 2009) constrói e desenvolve a “teoria dos atos da fala”, embasado na idéia de que a linguagem não se limita propriamente a descrever situações, ações ou estados. Ao proferir: “A camisa é preta”, estamos enunciando algo que se limita a uma caracterização. Dessa maneira, essa fala é *descritiva* ou *constatativa*. Mas, o ato de falar não se limita só a isso, ele também faz com que algo seja executado a partir do momento em que é pronunciado. Por exemplo, ao enunciar: “Eu vos declaro marido e mulher”, uma série de valores e atitudes é *falada* juntamente com essa expressão. Logo, depois de proferida, o casamento é efetivado.

Junto a essas categorias de descrição e efetivação, o autor pensa também em falas que descrevem, mas que altera de alguma maneira, o contexto enunciado. Ou seja, a repetição reiterada e ritualizada de expressões descritivas pode gerar um fato propriamente dito. Quando é dito: “Pedro parece uma bicha!”, a descrição repetida pode gerar uma execução desse fato. Logo, a nomeação de determinado grupo, reforça e define aquela identidade.

São nessas questões que a filósofa queer Judith Butler (1999) trabalha para a construção da sua “teoria da performatividade”. Nessa postulação, Butler se aproxima das questões da sexualidade. Ela tenta explicitar como a repetição ritualizada dos discursos e das normas forma sujeitos que são resultados dessas reiterações. Analisando assim, que se chega à conclusão que quem transgride as normas sexuais engendradas, enraizadas e naturalizadas pela sociedade, sofrem graves regulações.

As reiterações agem no corpo – que é tido como referência de deliberação dos lugares sociais, da posição do indivíduo no interior de um grupo. Ele é significado culturalmente e suas características se tornam marcas (LOURO, 2004). Marcas que identificam e hierarquizam os sujeitos como importantes ou não. Marcas que são classificadas entre *normais* e *anormais*. Como ressaltou Beatriz Preciado em entrevista:

no solamente el género, como lo masculino y lo femenino y las construcciones de la masculinidad y la femineidad en cada cultura son construcciones históricas y sociales, sino que también los sexos que tenemos, los cuerpos también son contruidos históricos y sociales igualmente. (IHU On-line, 2010, s/p)

Mas, quem produz essas normas reguladoras que se transformam em marcas? Segundo Louro (2004), existe uma premissa – engendrada pela biologia, medicina, igreja e outras instituições - que determina que o sexo (enquanto instituição biológica) determina o gênero, o desejo e as práticas sexuais dos indivíduos. E essa ideia está pautada na norma



heterossexual. Dessa maneira, a heterossexualidade foi instituída, através de um processo gradual, como um dado natural. Esse cânone aposta na idéia que o corpo só pode ser identificado dentro de uma lógica binária macho/fêmea, masculino/feminino e os desejos apontados sempre para o sexo oposto.

As normas regulatórias são propagadas dia após dia para que um resultado efetivo seja executado nos corpos. Mas, Butler (1999) chama atenção para o fato dos corpos nunca se conformarem completamente às normas regulatórias. Ainda que essa transgressão gere graves regulações aos indivíduos não-conformados. Vale lembrar que essa regulação se dá para que seja mantida a ordem sexual fundamentada na heteronormatividade.

A heteronormatividade é baseada nas expectativas e obrigações sociais advindas da ideia de que a heterossexualidade é natural, logo, o *fundamento da sociedade* (MISKOLCI, 2007). Já que obedece a uma lógica de regulação e controle, a heteronormatividade se estende até mesmo para indivíduos que não são heterossexuais. Como explicita Richard Miskolci (2007, p. 5)

as formas de definir a si mesmo de várias culturas sexuais não-hegemônicas seguem a heteronormatividade, o que é patente na diáde ativo/passivo dos gays, a qual toma como referência a visão hegemônica sobre uma relação sexual reprodutiva para definir papéis/posições sexuais.

Nesse sentido, que se pode afirmar que o dispositivo atual da sexualidade está pautado no conceito de formar seres que formatem sua vida dentro de um modelo *naturalizado* de heterossexualidade.

Contudo, vale ressaltar que

a heterossexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente através de operações constantes de repetição e de re-citação dos códigos socialmente investidos como naturais. (BENTO, 2006b, p. 2)

Dessa maneira, pode-se observar que a heterossexualidade - assim como todas as outras sexualidades - longe de serem naturais, são investimentos sociais. Nesse sentido que, conforme expõe a filósofa queer Beatriz Preciado em *Manifesto Contrassexual*, acreditamos que todos/as nós somos operados. Não só uma parcela dos/as transexuais é operada, mas, sim todas as pessoas. Na medida em que se institui um gênero a partir do sexo visto no monitor da ultrassonografia, se faz uma operação social e artificial. A partir dessa institucionalização do gênero conforme o sexo, um conjunto de expectativas vai ser construído. Ou seja, a compra do enxoval será de determinada cor, os brinquedos



serão “de menino” ou “de menina”, a conduta cotidiana será ensinada para ser sensível ou bruta.

Mas, se o conceito de operação é relativizado pela Teoria Queer, o que definiria um/a transexual que passou por uma cirurgia de mudança de sexo feita por uma equipe médica?

### **O DISPOSITO E A INVENÇÃO DA TRANSEXUALIDADE**

No livro, *A reinvenção do corpo* (2006), Berenice Bento nos apresenta as tessituras das vidas de transexuais do Brasil e da Espanha. As discussões executadas nessa obra servirão para a composição deste trabalho. A autora imerge no cotidiano de transexuais para perceber suas vidas e maneira como discursos médicos e psicológicos recaem sobre a experiência dessas pessoas. Bento utiliza de documentos oficiais da medicina para tentar encontrar a origem da “invenção da transexualidade”.

Segundo a autora, a palavra “transexualpsíquico” foi citada em 1910 pelo sexólogo Magnus Hirschfeld para designar travestis fetichitas. Aran (2006) aponta que as primeiras cirurgias de transgenitalização foram executadas por volta de 1920 na Alemanha e na Dinamarca. Esses procedimentos cirúrgicos, nesse momento, estavam embasados na idéia de fazer uma “adequação sexual”, além de estar vinculado ao tratamento de “pseudo-hermafroditas” e “hermafroditas verdadeiros” (ARAN, 2006, p. 52)

Cauldwell retomou a palavra “transexualpsíquico” em 1949 para estudar o caso de um transexual masculino. Na década de 50, Harry Benjamin cria o conceito de *transexualismo* e surgem publicações que apontam especificidades do que chamavam de “fenômeno transexual”. Esses estudos assinalavam uma diferença entre travestismo e transexualismo, bem como uma exclusão da homossexualidade, pois os pacientes examinados se diziam heterossexuais. Com toda essa investida para designar o que seria um/a transexual, Bento aponta que a partir daí começa o “dispositivo da transexualidade”.

Bem como Berenice Bento, utilizamos como base os estudos de Foucault (1993), na obra *Microfísica do poder*, para denominar o conceito de dispositivo. Concordamos com o autor quanto ele afirma que um conjunto de práticas discursivas e não discursas são montadas com o objetivo de dominar. Logo, dispositivo está relacionado à discursos teóricos e práticas que regulam os indivíduos.



Desse modo, toda essa “curiosidade” para se institucionalizar o que é transexualidade, para além de um saber médico, consiste numa forma de domar, saber os limites e as formas médicas de agir com essa experiência sexual.

No Brasil, a realização de cirurgias de transgenitalização em hospitais públicos universitários foi aprovada em novembro de 1997 pelo Conselho Federal de Medicina, por meio da resolução 1482/97. A resolução foi aprovada a partir na argumentação de que o processo traria benefícios reais para as pessoas “contempladas”. Segundo Aran, a aprovação estava

baseada em dois princípios: um deles, fundamentalmente terapêutico, diz respeito à “busca da integração entre o corpo e a identidade sexual psíquica do interessado”; o outro refere-se ao princípio de autonomia e justiça, ou seja, ao direito de dispor do próprio corpo e a não-discriminação no pleito à cirurgia. (ARAN, 2006, p. 59)

Além desses dois princípios citados por Aran, adicionamos outro princípio para pensar a transexualidade na contemporaneidade. É interessante refletir sobre o lugar ocupado pela tecnologia na produção biotecnopolítica do corpo. As tecnologias permitem pensar - como assegurou Preciado - que acontecem “[...] transformações corporais físicas, sexuais, sociais e políticas que ocorrem não no palco, mas no espaço público. Dito de outro modo: trata-se de tecnologias precisas de transincorporação.” (CARRILLO, 2010, p. 52)

Ainda que em boa parte a transexualidade será construída com o auxílio do campo médico, é necessário que se crie um campo conceitual que desvincule essa experiência sexual à medicina e à biologia. A palavra *transexualismo* é uma denominação que tenta definir uma não-correspondência entre o corpo e a subjetividade. Mas, a utilização do sufixo *ismo* nessa palavra denota atitudes sexuais ditas perversas, além de uma patologização de indivíduos que tem a experiência sexual de ser transexual.

A expressão *transexualismo* está relacionada a um saber médico que se apega somente a parâmetros posológicos e biológicos para denominar a sexualidade de outrem. Ou seja, ainda que se passe por todo um processo de se “fazer” uma sexualidade compatível com a sua performance/gênero/subjetividade, a biologia estará marcando sempre o corpo daquela pessoa. Se não bastasse isso, a medicina toma como base o sexo de origem para denominar o/a “paciente” que passou pelo processo de transgenitalização. Logo, denominam “transexual masculino” o homem que passa pelo processo para se tornar mulher, e “transexual feminino” a mulher que se torna homem.



Assim, as categorias biológicas “de origem” se tornam o parâmetro para essa denominação – quando seria o caráter social e de performance de gênero que deveria ser levado em consideração. Por isso, recusamos a utilização da palavra transexualismo em detrimento da nomenclatura *transexualidade*.

Bento (2006) agrupa em dois campos conceituais teorias que tentam explicar e achar um possível “tratamento” para pessoas transexuais. Segundo a autora, um tronco tem como referencial as tese psicanalíticas e um segundo é embasado na biologia. Na pesquisa realizada pela antropóloga foi detectado que todos/as os/as transexuais identificaram por si só o desejo por fazer a cirurgia de transgenitalização. Nesse sentido, o destino dessas pessoas. As subjetividades de transexuais não são levadas em consideração visto que para que haja a cirurgia é preciso que se prove ser um “transexual verdadeiro”.

Contudo, em que consiste um “transexual verdadeiro” ou “transexual universal”? Segundo a tradição biológica, liderada por Harry Benjamin, “transexual de verdade”:

- 1) vive uma inversão psicosssexual total, 2) pode viver e trabalhar como uma mulher, mas apenas vestir as roupas não lhe dá alívio suficiente, 3) intenso mal-estar de gênero, 4) deseja intensamente manter relações com homens normais e mulheres normais, 5) solicita a cirurgia com urgência; 6) odeia seus órgãos masculinos (BENJAMIN *apud* BENTO, 2006, p. 151)

Berenice Bento (2006) questiona os limites dessas definições de Benjamin. Na pesquisa antropológica desenvolvida, a autora refuta esses pressupostos. Muitas pessoas transexuais têm vida sexual ativa e estabelecem novas relações de prazer. Esse fato serve até para perceber a maneira com que existe uma descentralização das zonas erógenas, fugindo das partes genitais e da penetração e estabelecendo novas zonas de prazer.

A autora observou também que nem todos os/as transexuais escondem marcas que os classificaria como homens ou mulheres. Nesse sentido, transexuais femininas nem sempre escondem o pênis e transexuais masculinos não necessariamente utilizam faixas para dissimular o volume dos seios. Essa questão também problematiza o modelo de “transexual de verdade”, já que supostamente teriam ojeriza por seus órgãos sexuais e corpo.

Outra concepção que é colocada em xeque, é a de que as pessoas transexuais querem fazer a cirurgia para poderem ter prazer e fazerem sexo com pessoas normais e dentro de uma lógica heterossexual. A cirurgia não é um desejo comum a pessoas transexuais.



Em alguns retratos, a mudança de nome civil, o direito de ter a identidade de gênero que deseja e o investimento de hormônios já bastam para se sentirem bem.

Com base nos estudos da autora citada, não compactuamos com a idéia que a cirurgia tem como objetivo a plena satisfação sexual. Acreditamos que o motivo da intervenção cirúrgica é a busca pela inserção na vida social.

Outra questão que deve ser discutida aqui e que ainda tange a questão da “transexualidade universal” é aquela relacionada aos papéis e performances de gênero que transexuais desempenham. O dispositivo da transexualidade visa normatizar o corpo das pessoas que tem essa experiência sexual, e isso se dá também para garantir a ordem sexual. Ou seja, para fazer a cirurgia de mudança de sexo há um acompanhamento de dois anos para que se prove que existe na pessoa “sanidade mental”. E uma das maneiras de se provar essa suposta normalidade é a obediência aos papéis de gênero. É necessário que se prove que transexuais tem condutas, performances e construção corporal correspondente à que se auto-declara. A partir disso, percebemos que existe um desejo de se fazer transexuais femininas que tenham uma atitude e um corpo pertinente àquilo que se convencionou ser para mulheres. “A ‘aparência’ se refere à produção de um corpo sem ambigüidades, esteticamente possível de se desenvolver a heterossexualidade.” (BENTO, 2006, p. 159)

Muitas pessoas transexuais reproduzem discursos sexuais hegemônicos acerca da masculinidade e da feminilidade. De tal modo, reproduzem e obedecem uma norma sexual baseada em dispositivos e normas conforme o princípio de canônico de gênero heterossexual (masculino/feminino, macho/fêmea, virilidade/sensibilidade). Para discutir essa problemática, Guacira Lopes Louro afirma que existe uma espera por essa obediência às normas sexuais e de conduta, já que

ainda que o corpo possa se transformar, ao longo da vida, espera-se que tal transformação se dê numa direção única e legítima, na medida em que esse corpo adquire e exhibe os atributos próprios de seu gênero e desenvolve sua sexualidade, tendo como alvo o pólo oposto, ou seja o corpo diferente do seu (LOURO, 2004, p. 80-81)

Porém, como registrou Berenice Bento em *A reinvenção do corpo*, há transgressões da heteronormatividade dentro das experiências transexuais. Existem pessoas que se definem como “transexual masculino gay” ou “transexual feminina lésbica”. Dessa maneira, existe uma multiplicidade de identidades e papeis sexuais que são tangenciadas à transexualidade.



Concluimos com esse debate que existe uma maneira de se pensar a transexualidade enquanto uma instituição “universal” e “verdadeira”. Mas, é necessário que se pense numa diversidade de saberes sexuais, de experiências e vivências que devem ser respeitadas e que devem ser visibilizadas perante políticas de fomento e de representação da livre sexualidade.

Até agora, não citamos um ponto fundamental para a compreensão das relações sociais contemporâneas. O conceito de *abjeção* será caro para as análises a serem feitas no trabalho final. Para desenvolver essas questões, utilizaremos das falas de Judith Butler (BUTLER, 1999; PRINS, MEIJER 2002) para desenvolver os principais pressupostos desse conceito desenvolvido por ela.

É interessante pensar que a abordagem da Teoria Queer em relação às sexualidades tem como desígnio uma expansão de possibilidade para as vivências sexuais. Percebemos então que se a Teoria Queer luta para que isso aconteça, obviamente, é porque existe uma recusa à corpos que burlam as políticas sexuais hegemônicas.

Butler parte da idéia de que existem códigos de legitimidade que constroem nossos corpos. Então, *corpos abjetos* diz respeito a corpos que não tem essa legitimidade (julgada pela norma social) e portanto rechaçados pela sociedade. Ela usou o exemplo das travestis em *Problemas de Gênero* como exemplo dessa *categoria* de corpos. Esse conceito vem da idéia de que determinados sujeitos são excluídos da existência social. “Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante”. (PRINS e MEIJER, 2002, p.161). Ou seja, a própria humanidade do indivíduo abjeta é colocada em xeque.

Contudo, quem institucionaliza os corpos abjetos? Acreditamos que instituições tradicionais como a religião, a biologia, a justiça, a escola, a família tradicional e, na era da cultura de massa, a mídia.

## **A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO DA REALIDADE**

As notícias são o resultado de um processo de produção balizado através da percepção de que determinado acontecimento é um fato noticiável, da coleta dos dados e da transformação do acontecimento em si no produto final – a notícia. A partir dessas discussões, Nelson Traquina (2005) questiona: Por que as notícias são como são? Com essa pergunta o autor produz um livro trazendo como as teorias do jornalismo se configuraram nos estudos dessa área. As teorias que utilizaremos aqui são as teorias



construcionistas. Além disso, articularemos essas perspectivas com os estudos pós-estruturalistas de representação.

O paradigma da notícia como construção emerge nos anos 70. Essa maneira de analisar as notícias rejeita à perspectiva da notícia enquanto uma distorça da realidade. As teorias construcionistas refutam a idéia de que as notícias seriam um espelho da realidade. Nelson Traquina (2005, p. 168-169) expos que os argumentos para essa rejeição estão basicamente pautados em três pilares.

Um deles está relacionado com a impossibilidade de estabelecer uma distinção entre a realidade e a mídia – já que a própria produção simbólica midiática ajuda na produção da realidade. O segundo lugar é que a linguagem nunca executa uma transmissão direta dos acontecimentos, já que as notícias são disponibilizadas por meio da linguagem – que sempre é uma opção de quem produz, portanto, nunca neutra. O terceiro pressuposto seria que os medias noticiosos inevitavelmente estruturam a representação dos acontecimentos,

devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos. (TRAQUINA, 2005, p. 169)

A partir dos anos 60 e 70, duas teorias, que acreditam no pressuposto das notícias como construções sociais, são desenvolvidas: as teorias estruturalistas e interacionistas. Ambas as perspectivas acreditavam que existe uma interação social entre diversos agentes sociais: os jornalistas e as fontes; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional. (Ibidem, p. 173)

As teorias construcionistas do jornalismo acreditam que a notícia, por ser uma construção, é marcada pela cultura dos membros da tribo jornalística e pela cultura do local onde os/as jornalistas estão inseridos. De tal modo, “o processo de produção da notícia não só pressupõe a natureza consensual da sociedade como sublinha o papel das notícias no reforça da construção da sociedade como consensual”. (TRAQUINA, 2005, p. 177).

Nesse sentido, existem “mapas de significado” propagados pelas mídias noticiosas que dão vazão a valores comuns baseados em saberes culturais enraizados e hegemônicos. Assim, a mídia também oferece, para a maioria da população, formas pontuais de interpretação dos acontecimentos.



Kathryn Woodward em *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual* (2009) discute questões no que tange a identidade e a representação. Ela destaca que devemos focalizar a atenção no fato das identidades produzidas pelo sistema de representação. Segundo Woodward (2009, p. 17), “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos”. Assim, os significados produzidos pela representação dão sentido àquilo que somos, pois vemos no que é mostrado uma imagem do que sou ou do que não sou. A autora sugere ainda que os sistemas simbólicos tornam possível o que podemos nos tornar.

Alçado nas discussões de Hall e Woodward, Tomaz Tadeu da Silva (2009) afirma que a representação é sempre uma marca ou traço visível, rebatendo a concepção de representação mental e interior. Assim, a expressão da pintura, da fotografia, do filme, de um texto, de uma expressão falada pode também ser representação.

Silva traz um pensamento interessante quando pensamos em sistemas simbólicos e relações de poder ao afirmar que a representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso,

a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. [...] Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade. (SILVA, 2009, p. 91)

Diante disso, podemos pensar no regime de poder que é propagado com as representações e as narrativas que são proliferadas por meio de discurso.

As representações são executadas por agentes sociais que atribuem sentido àquilo representado. Assim, é possível pensar que aquilo representado na mídia é criado mediante sistemas de significação.

### **“EU NEM SUSPEITAVA DE NADA! A MÃO DELA É TÃO FEMININA...” – PARA UM INÍCIO CONVERSA**

Faremos aqui um breve panorama da análise de um dos VTs do *Fantástico* que servirão de base para observação no projeto final. A reportagem traz relatos de transexuais que mudaram de sexo, falando sobre obstáculos encontrados no processo de mudança da identidade civil perante a lei. A personagem que inicia a reportagem é Ariadna-participante transexual do reality-show Big Brother Brasil.. É mostrada a volta da



cabeleireira ao seu bairro no Rio de Janeiro. Um morador e a manicure dela são questionados sobre o conhecimento da transexualidade de Ariadna. A manicure afirma que nunca desconfiava por causa da feminilidade do corpo (fala das mãos) da ex-BBB. Na primeira reportagem analisada, além das transexuais e de dois populares, apenas um psiquiatra tem fala. Conforme discussão já iniciada, sabemos que as escolhas das fontes faz parte da construção narrativa da reportagem. Nesse sentido, o discurso ali propagado pode ser tomado como verdade – já que se deu autoridade para um suposto “especialista” falar sobre o tema. E esse profissional está vinculado à área da medicina e numa modalidade que trata, sobretudo de sofrimentos e distúrbios mentais – em dimensões tanto (psico)patológicas. Então, há uma vinculação da transexualidade justamente com esse ponto da doença, da psicologia, de um mal que precisa de tratamento.

A nós nos interessa exatamente quais são as ferramentas utilizadas pelo jornalismo para uma reiteração de discursos médicos e psicológicos para tratar a transexualidade. Percebemos que existe certo uso da sexualidade e da vida privada das pessoas tratadas para a construção de uma aura que vincula a personalidade das transexuais somente à suas experiências sexuais. E é nesse sentido que percebemos a abjeção jornalística, na medida em que se caracterizam aquelas pessoas como “anomalias” e uso dessa caracterização para obter a atenção do público. “Vemos o uso do abjeto para a produção de risos perversos e para conquistar a atenção da audiência heteronormativa.” (SANT’ANA, 2010, p. 14)

O jornalista não coloca o espectador no lugar da pessoa que está sofrendo para tirar novos documentos. É mostrada a transexualidade, mas, ela não é problematizada. Questionamos, portanto, até que ponto é interessante que se mostre pessoas não-heterossexuais sem que seja discutida a situação de opressão e dos lugares sociais ocupados por elas. Só mostrar uma vez basta? Dá visibilidade acaba com a discriminação?

Além dessas questões, é notável também que se reitera um modelo transexual universal. Ou seja, os casos mostrados todos reiteram personagens que fizeram cirurgias, mas, na reportagem não foi ressaltada que muitas pessoas não querem passar por esse processo, apenas desejam a troca dos documentos – respeitando a sua identidade de gênero.

Como ressaltamos no início deste trabalho, esse ensaio trata apenas de um texto introdutório sobre a temática. Diante disso, essa análise se resumirá apenas a apontar alguns dos caminhos que serão seguidos na pesquisa global.



## Referências Bibliográficas

- ARÁN, Márcia. *A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero*. Rio de Janeiro: Revista Ágora: v. 9 n. 1, jan/jun 2006. p. 49-63.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. *Corpos e Próteses: dos limites discursivos do dimorfismo*. [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/B/Berenice\\_Bento\\_16.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/B/Berenice_Bento_16.pdf). 2006b. Acesso em 17 de julho de 2009.
- CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado, por Jesús Carrillo. Revista Poiésis, n. 15, jul. de 2010. p. 47-71.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.
- IHU Online. *Entrevista - El manifesto contrasexual de Beatriz Preciado*. Janeiro de 2007. Disponível em [http://www.eutsi.org/kea/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=236](http://www.eutsi.org/kea/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=236) Acesso em 11 de abril de 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização*. 2007. Disponível em <[http://www.alb.com.br/anais16/prog\\_pdf/prog03\\_01.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf)>. Acessado em 18 de julho de 2010.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.73-101.
- PRINS, Baukje, MEIJER, Irene Costera. *Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler*. In: *Revista Estudos Feministas*. Volume 10, número 1, Florianópolis, janeiro de 2002, pp. 155-167.
- SANT'ANA, Tiago. *Pet Sounds - As bichinhas na praia dos beach boys: A homossexualidade na telenovela Três Irmãs*. In: VI ENECULT - Encontro Multidisciplinar de Estudos em Cultura, 2010, Salvador. CD-ROM Anais VI ENECULT, 2010.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são*. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução: uma introdução conceitual*. In. *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. (org.) Tomaz Tadeu da Silva. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009.